

Verdade ou perspectiva? Questões sobre o exercício teórico- metodológico em ciências sociais

Marcelo Ribeiro Vasconcelos¹

Resumo:

Este artigo busca discutir alguns temas básicos referentes a metodologia das ciências sociais, como a crença da sociedade moderna na autoridade científica e a possibilidade da ciência em produzir conhecimentos tidos como verdadeiros. Enfatizando as múltiplas possibilidades de influências subjetivas na suposta objetividade científica e a crença da sociedade ocidental contemporânea nesta capacidade explicativa da ciência como um fator legitimador do discurso científico, pretende-se questionar a capacidade das ciências sociais em definirem explicações causais únicas e ao mesmo tempo concordar com a possibilidade da validade de um discurso científico a partir de uma pluralidade de perspectivas.

Palavras-Chave:

Metodologia científica; ciência; epistemologia; metodologia das ciências sociais

I) Introdução

Este artigo é fruto de meu trabalho como monitor da disciplina introdutória *metodologia das ciências sociais*. Para construir as ideias presentes aqui, parti de diversos debates ocorridos em sala de aula e da leitura dos textos utilizados na disciplina, muitas vezes complementadas pela leitura de outros autores escolhidos por mim. Com este meu contato mais prolongado com as principais discussões sobre o método de pesquisa em ciências sociais, resolvi escrever este artigo como um exercício de crítica ao entendimento típico da ciência como desveladora de “verdades”. Assumindo o risco de parecer pretensioso, tentarei concentrar minha crítica somente ao que se refere às ciências sociais, que já possui em seu

¹ Aluno de graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço para contato: marcelo.ribeiro84@gmail.com.

interior um debate consolidado sobre o assunto. Contudo, muitas das posições críticas adotadas por mim acabarão por recair sobre as ciências como um todo.

Pretendo expor um dos problemas clássicos no que se refere a metodologia das ciências sociais: a possibilidade ou não da ciência “explicar” um dado fenômeno social. Enfocarei principalmente o problema da determinação dos fenômenos sociais no que se refere ao próprio observador. Digo isto porque os fenômenos sociais já se mostram complexos por si só pela sua multideterminação, por sua diversidade e por suas constantes transformações. O cientista, apesar de ser legitimado como o sujeito capaz de proferir discursos reconhecidos como verdadeiros principalmente pela crença geral de que ele possui meios objetivos de conhecer “essencialmente” um dado objeto, não possui a capacidade de conhecer esta suposta “verdade” que residiria no interior de cada fenômeno social devido a uma incapacidade “física” de captar todas as nuances que o social pode ter. O que quero dizer com isto é que a forma de compreender o mundo – através dos sentidos - não é única, o que impossibilita a definição de uma única verdade, exigindo que haja uma pluralidade de explicações para um mesmo fato.

Longe de defender de alguma forma o “fim da ciência”, o que pretendo, além de apontar alguns problemas presentes na metodologia das ciências sociais, é defender uma postura crítica em relação a legitimidade das ciências sociais. Acredito que, apesar das ciências sociais se basearem em grande parte em critérios e escolhas primordialmente subjetivos e/ou parciais, o exercício do debate científico tem um papel fundamental na sociedade contemporânea, na medida em que apresenta um discurso desmistificador, sempre voltado para o questionamento daquilo que é naturalizado ou hegemônico.

II) O problema do sentido como forma de obtenção de “verdades”

Podemos dizer sem sombra de dúvida que hoje a ciência é uma autoridade amplamente reconhecida na sociedade moderna. É normal atribuímos a veracidade ou o acontecimento de um fenômeno através da afirmativa de que estes foram “cientificamente comprovados”. Desta forma, podemos dizer que o método científico é entendido contemporaneamente como algo confiável, e em alguns casos quase inquestionável. Mas o que fez com que a ciência fosse recoberta de tal grau de confiabilidade? O que acabou por

atribuir tal autoridade a um grupo como o dos cientistas? Não tenho a pretensão de responder tais questionamento, mas apenas lançar luz sobre a (in)capacidade do cientista de captar o “real” ou o “verdadeiro” através de seus sentidos.

A ciência moderna repousa em grande parte na idéia de que a observação e a experimentação são meios de se obter dados que permitiriam a formulação de grandes teorias científicas gerais e objetivas. E todos nós sabemos que a observação e a experimentação são, em última instância, derivados dos nossos sentidos, de como nós percebemos e entendemos os fenômenos. Com base nisto, vale questionar - mais como uma provocação irônica do que um questionamento filosófico - quem foi o cientista que inferiu objetivamente a confiabilidade do sentidos humanos? Como um cientista, buscando uma objetividade acaba se utilizando de uma ferramenta tão inconstante como os sentidos humanos?

Assim, pretendo “engrossar as fileiras” da discussão sobre a capacidade da ciência em estabelecer algum conhecimento tido como verdadeiro, levantadas com mais ou menos fervor por grandes pensadores como Weber² e Nietzsche³. Uma das correntes interpretativas sobre

2. A crítica de Weber se direciona mais para a impossibilidade específica das ciências sociais em “esgotar” o conhecimento sobre a realidade, sendo todo e qualquer conhecimento científico produzido parcial: “Não existe qualquer análise científica puramente “objetiva” da vida cultural, ou dos “fenômenos sociais”, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa.” (WEBER, 1982:87) e “Ocorre que, tão logo tentamos tomar consciência do modo como se nos apresenta imediatamente a vida, verificamos que se nos manifesta, “dentro” e “fora” de nós, sob uma quase infinita diversidade eventos que aparecem e desaparecem sucessiva e simultaneamente. E a absoluta infinidade dessa diversidade subsiste, sem qualquer atenuante do seu caráter intensivo, mesmo quando prestamos a nossa atenção, isoladamente, a um único “objeto” e isso tão logo tentamos sequer descrever de forma exaustiva essa “singularidade” em todos os seus componentes individuais, e muito mais ainda quando tentamos captá-la naquilo que tem de causalmente determinado. Assim, todo o conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado pelo espírito humano finito baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica, e de que só ele será “essencial” no sentido de “digno de ser conhecido” (WEBER, 1982:88).

3. Nietzsche, de forma mais radical que Weber, faz uma crítica a capacidade humana de conhecer algo em si: “Quando alguém esconde uma coisa atrás de um arbusto, vai procurá-la ali mesmo e a encontra, não há muito que gabar nesse procurar e encontrar: e é assim que se passa com o procurar e encontrar da “verdade” no interior do distrito da razão. Se forjo a definição de animal mamífero e em seguida declaro, depois de inspecionar um camelo: “Vejam, um animal mamífero”, com isto decerto uma verdade é trazida à luz, mas ela é de valor limitado, quero dizer, é cabalmente antropomórfica e não contém um único ponto “verdadeiro em si”, efetivo e universalmente válido, sem levar em conta o homem. O pesquisador dessas verdades procura, no fundo, apenas a metamorfose do mundo em homem e conquista, no melhor dos casos, o sentimento de uma assimilação. Semelhante ao astrólogo que observava as estrelas a serviço do homem e em função de sua sorte e ao homem, como a repercussão infinitamente refratada de um som primordial, do homem. Seu procedimento consiste em tomar o homem por medida de todas as coisas: no que, porém, parte do erro de acreditar que tem essas coisas imediatamente como objetos puros diante de si. Esquece, pois, as metáforas intuitivas de origem, como metáforas, e as toma pelas coisas mesmas.” (NIETZSCHE, 1996: 58).

este assunto defende que todo conhecimento se dá como uma perspectiva, como um olhar específico, que acaba por valorizar certos aspectos de um objeto em detrimento de outros, o que tornaria o conhecimento inesgotável, já que um mesmo objeto mereceria sempre um novo exame, um novo relato. Assim um mesmo objeto poderia tomar diferentes características, pois ele se alteraria de acordo com os “olhos” que o observam. Desta forma, poderia se dizer que a ciência cairia numa “inconclusibilidade”, já que nunca haveria uma posição final sobre um objeto, que prove ou não sua existência, comportamento ou efetividade.

O que eu pretendo salientar é a influência do olhar do cientista sobre seu objeto de estudos e, conseqüentemente, a necessidade de levar em conta este olhar no decorrer e na conclusão da construção do discurso científico. Afirmar que o olhar tem influência sobre o objeto significa, em primeiro lugar, negar o caráter passivo normalmente atribuído a visão⁴. O sentido da visão não é uma mera forma de captar dados do mundo exterior de forma pura. A visão transforma a realidade que percebemos, sempre tendo como referencial nossa cultura e subjetividade. Desta forma estes dados exteriores podem ter inúmeros sentidos e entendimento diversos, que não podem ser determinados sem que haja a presença de um observador, que terá aqui o papel de atribuir um sentido a este objeto. Podemos perceber assim que um objeto nunca poderá ter em si uma determinação única ou intrínseca. Tal determinação acaba sendo “retirada” do objeto, já que quem atribuirá uma determinação ao objeto será sempre o observador. Podemos pensar assim que toda a informação pura presente no mundo como um absoluto caos, que só ganha sentido através da nossa visão ativa, condicionada por nossa cultura, ideologia e subjetividade. Desta forma, a observação e a experimentação científica sempre estariam ligados em um sentido de dependência à subjetividade do pesquisador.

Toda esta discussão exposta por mim aqui não é nova e nem se restringe ao campo científico. O questionamento sobre a (in)capacidade de perceber o mundo através dos sentidos já foi pano de fundo de diversas obras de valor mais reconhecidamente artístico. Dentre as infinitas possibilidades possíveis, escolhi arbitrariamente duas obras para utilizar como

4. Refiro-me aqui a visão por ser este o sentido humano por excelência, por ser o mais utilizado e o mais referencial dos sentidos. Mas pode ser aqui entendido todos os outros sentidos ou qualquer outras formas de captação do mundo.

exemplo: o conto de ficção “Funes, o memorioso” de Jorge Luis Borges e o documentário⁵ “Janela da alma” de João Jardim e Walter Carvalho.

Resumidamente, na obra “Funes, o memorioso”, Jorge Luís Borges relata a história de Funes, um simplório rapaz que era incapaz de esquecer. Funes conseguia relembrar de um dia inteiro em todos os seus detalhes e suas nuances, mesmo que isto demorasse para ele um outro dia inteiro. Esta aparente dádiva de Funes na verdade se mostrava como uma maldição, pois ele perdera por completo a capacidade de abstrair, de entender que um objeto e outro pertencem a um mesmo tipo por uma série de características semelhantes. Funes simplesmente ignorava todas as possíveis “semelhanças”, pois para ele não havia nenhuma semelhança em nada. Tudo para ele era novo, tudo era diferente. Ele era impossibilitado de entender a categoria “cadeira” pelo simples fato de que cada objeto que normalmente é designado por todos como cadeira para ele se mostravam completamente diversos, impossibilitando Funes de atribuir a estes objetos tão distintos o mesmo nome.

O documentário “Janela da Alma”, lançado em 2001 pelas mãos de João Jardim e Walter Carvalho, apesar de não tratar especificamente do questionamento científico, nos mostra importantes pontos de vista acerca da temática da visão que podem perfeitamente ser transportados para o debate sobre a capacidade da ciência em atribuir uma verdade absoluta. Diversos são os relatos sobre a necessidade da visão “focalizar” determinados aspectos para que ela seja capaz de ser entendida, mas o que mais colabora com a minha tese é a fala do diretor de cinema Win Wenders sobre a sua necessidade de usar óculos para que sua visão tenha um “enquadramento”. Ele diz que, sem os óculos, sentia que estava “enxergando demais”, o que era ruim para ele. Mesmo que seja de forma figurada, entendo que Win Wenders estava querendo mencionar a necessidade de todo o homem em “enquadrar” tudo o que é percebido pelos sentidos.

O que pretendi dizer com estes dois exemplos é que o nosso poder de entendimento do mundo está em grande parte na nossa habilidade de esquecer. Se não formos capazes de abstrair todas as inúmeras diferenças do mundo em classificações compreensíveis, o que nos restará será o completo caos, a completa falta de sentido. O que determina o que deverá ser esquecido e o que deverá ser focalizado acaba sendo a nossa cultura, a nossa subjetividade.

5. Fica subentendido, se houver aqui o mínimo de coerência, que o documentário é também, em grande parte, uma obra de ficção. Não me estenderei aqui nesta discussão.

Toda a nossa percepção é de alguma forma um “recorte” do que está dado naturalmente no mundo de forma caótica. Somente através desta seleção – consciente ou inconsciente – do que vemos que podemos ter uma mínima inteligibilidade do mundo. Qualquer pretensão de entender o mundo passa pela formação de estereótipos.

É importante lembrar que a cultura ocidental não é a única forma de perceber o mundo. Uma das maiores contribuições da antropologia para o mundo foi exatamente perceber que o outro - ou seja, um outro sujeito pertencente a uma outra cultura – tem uma outra forma de entender a realidade. Isto nos ajuda a entender este caráter ativo da cultura na nossa forma de compreender o que é captado na realidade através dos sentidos. O estudo do antropólogo Franz Boas com os povos esquimós o levou a conclusão de que estes tinham em seu vocabulário uma grande gama de palavras que se referiam, de formas diferentes, ao que é chamado por nós como simplesmente como a cor branca. Ele chegou a conclusão que as categorias de cor não eram simples dados empíricos percebidos de forma geral em si mesmos. O branco não é branco essencialmente, mas sim uma “abstração de aspectos perceptíveis de acordo com um critério arbitrário de significância” (SAHLINS, 2004). Os dados perceptíveis pelos sentidos só ganham um significado através da cultura, que no caso dos esquimós compreende uma grande variedade de “brancos” provavelmente a grande representatividade desta cor no cotidiano destes povos. Isto acaba evidenciando o que vinha defendendo: a percepção humana é culturalmente orientada, o que impossibilita uma visão homogênea e universal de mundo.

Com estes relatos pretendi mostrar como a mera observação e experimentação dos fatos não são suficientes para estabelecer nenhum tipo de conhecimento absoluto. Mesmo que o cientista siga rigidamente um método, ele nunca dará conta de uma abordagem completa do seu objeto por que ele simplesmente não consegue perceber todos os seus aspectos, impossibilitando encerrar as discussões sobre este objeto. Grande parte daquilo que imaginamos ver é na verdade uma projeção da nossa imaginação sobre um determinado objeto, tendo como base a nossa cultura e subjetividade. Este mesmo objeto poderá ser entendido de forma diferente se o pesquisador for de determinada região do mundo, religião, ideologia política. Contudo, se há a pretensão de estabelecer algum tipo de conhecimento, ele deve partir de um “recorte”, de um pressuposto, de um estereótipo, que delimite de alguma forma o caos apreendido por nossa visão.

Forma-se assim um aparente impasse, que não deve e nem pode ser resolvido. O que as ciências sociais devem fazer – e até certo ponto fazem - é admitir sua incapacidade e construir uma série de teorias e métodos que, apesar de serem baseados em elementos de toda gama - subjetivos, morais, irracionais –, ainda são capazes de dar uma inteligibilidade parcial aos fenômenos sociais.

III) O problema da subjetividade na abordagem teórico-metodológica

Uma das obras que serviram como base deste meu questionamento da autoridade científica foi “O Que É Ciência Afinal?” de A. F. Chalmers. Neste livro, o autor defende a tese de que “não existe método que possibilite às teorias científicas serem provadas verdadeiramente ou mesmo provavelmente verdadeiras” como “tampouco há método que possibilite que teorias científicas sejam conclusivamente desaprovadas” (CHALMERS, 1993:19). Com relação à teoria científica, o autor defende que “observações e experimentos são realizados no sentido de testar ou lançar luz sobre alguma teoria, e apenas aquelas observações consideradas relevantes devem ser registradas. Entretanto, na medida em que as teorias que constituem nosso conhecimento científico são falíveis e incompletas, a orientação que elas fornecem, por exemplo, nas observações relevantes para algum fenômeno sob investigação, podem ser enganosas, e podem resultar no descuido com alguns importantes fatores.” (CHALMERS, 1993:59). Partindo destes apontamentos feitos por Chalmers, pretendo mostrar algumas das dificuldades que são enfrentadas pelos pesquisadores da área de ciências sociais no que se refere a incapacidade destes produzirem um conhecimento que seja totalmente imparcial, amoral e objetivo.

Até mesmo antes de se adotar um determinado método ou teoria já há uma influência subjetiva na formação do conhecimento científico Segundo Jeffrey Alexander, as ciências sociais são disciplinas discursivas. O autor diz que “argumentos discursivos, e os critérios racionais por eles implicados, são apenas subjetivamente cogentes. Eles são aceitos por razões que independem de testes empíricos convencionais. O que equivale a dizer que a ciência social se desenvolve dentro de escolas e tradições. E seu fluxo lembra mais o movimento de uma conversa que os passos de uma demonstração racional” (ALEXANDER, 1986:12). Desta forma, a aceitação de um dado argumento pouco tem a ver com sua capacidade

empírica de “representar dados condizentes com a realidade empírica”, mas sim na coerência de um discurso dentro de um determinado quadro de limites argumentativos socialmente aceitos dentro do campo científico. Ainda sobre a validade de justificações discursivas nas ciências sociais, Jeffrey Alexander aponta ainda a sua influência nos pressupostos em que se baseiam tanto a teoria como na metodologia adotada em trabalhos empíricos:

“Por pressupostos, entendo as suposições mais gerais que os sociólogos fazem quando se defrontam com a realidade. Cada teoria social e cada trabalho empírico tomam posições a priori que permitem que os observadores organizem nas categorias mais simples os dados dos sentidos que entram em suas mentes. E é só nessa base que são possíveis as manipulações mais conscientes que constituem o pensamento racional ou científico. Os pressupostos são objetos do discurso, e são até mesmo discursivamente justificados. Em sua maioria, contudo, se originam em processos que precedem ao próprio exercício da razão.” (ALEXANDER, 1986:12)

Esta definição é útil, principalmente no que se refere a questão teórico-metodológica, para vermos como toda a base da argumentação científica não é necessariamente racional. Se estes pressupostos são baseados em escolhas arbitrárias e/ou em critérios subjetivos, um determinado método adotado ou teoria acabarão também sendo influenciados, já que todos acabam por adotar uma série de proposições a priori. Uma posição semelhante é defendida por Wright-Mills. Para o autor, as decisões adotadas pelo pesquisador não possuem obrigatoriamente um caráter objetivo ou neutro como se imagina. Muitas das posições científicas têm um forte teor ideológico, político ou moral; seja conscientemente ou inconscientemente:

“Para julgar os problemas e métodos das várias escolas de ciência social, devemos tomar uma decisão em relação a muitos valores políticos e intelectuais, pois não podemos formular bem qualquer problema antes de saber de quem ele é. O que é problema para um homem, pode não ser para outro; depende do que interessa a cada pessoa, e da forma pela qual tem consciência de seus interesses. Além disso, surge um problema ético infeliz: os homens nem sempre se interessam pelo que é de seu interesse. Nem todos são tão racionais quanto os cientistas sociais acreditam. Isso quer dizer que pelo seu trabalho os estudiosos do homem e da sociedade assumem e adotam decisões morais e políticas.” (WRIGHT-MILLS, 1965:86)

Outra proposta sobre o tema é a concepção que Thomas Kuhn faz sobre os “paradigmas” científicos. Para o autor a forma mais consistente de entender as realizações científicas é através do entendimento da história das reflexões científicas a partir de cada contexto em que ele ocorre. Desta forma, em cada período histórico possui certo paradigma. Por paradigma, podemos entender um conjunto de práticas e crenças universalmente aceito no interior da comunidade científica em um determinado momento histórico. Há uma sucessão

de paradigmas através do processo histórico, sendo o mais recente sempre uma ruptura com aquilo que era praticado anteriormente, mostrando que a ciência não deve ser entendida como uma “acumulação” de conhecimentos “descobertos”⁶, mas como um processo de lutas⁷ e rupturas com outras formas anteriormente tidas como científicas.

O paradigma vigente em um determinado momento estabelecerá os esquemas conceituais básicos⁸ necessários para a produção de conhecimento, que delimitarão as fronteiras das possibilidades de reflexão e interpretação da realidade. A partir do processo de educação de novos cientistas, tais fronteiras se afirmariam, através da reprodução destas respostas a priori. Toda a realidade acabaria por se “encaixar” em todo o aparato teórico

6. “Quanto mais cuidadosamente (os historiadores) estudam, digamos, a dinâmica aristotélica, a química flogística ou a termo-dinâmica calórica, tanto mais certos tornam-se de que, como um todo, as concepções de natureza outrora concorrentes não eram nem menos científicas, e nem menos produtoras de idiossincrasia do que as atualmente em voga. Se essas crenças obsoletas devem ser chamadas de mitos, então os mitos podem ser produzidos pelos mesmos tipos de métodos e mantidos pelas mesmas razões que hoje conduzem ao conhecimento científico. Se por outro lado, elas devem ser chamadas de ciências, então a ciência inclui conjuntos de crenças totalmente incompatíveis com a que mantemos. Dadas essas alternativas, o historiador deve escolher a última. Teorias obsoletas não são acientíficas em princípio, simplesmente porque foram descartadas. Contudo, esta escolha torna difícil conceber o desenvolvimento como um processo de acréscimo. A mesma pesquisa, que mostra as dificuldades para isolar as invenções e descobertas individuais, dá margem a profundas dúvidas a respeito do processo cumulativo que se empregou para pensar como teriam se formado essas contribuições individuais à ciência” (KUHN, 1987:21).

7. A utilização do termo “lutas” foi usado propositalmente para remeter a concepção bourdieusiana do campo científico. Isto porque Bourdieu define o campo científico como “o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado” (BOURDIEU, 1994:122). Talvez pudéssemos pensar este conceito juntamente com o que Kuhn chama de “revoluções científicas”. Segundo o autor, “a ciência normal desorienta-se seguidamente. E quando isto ocorre – isto é, quando os membros da profissão não podem mais esquivar-se das anomalias que subvertem a tradição existente da prática científica – então começam as investigações extraordinárias nos quais ocorre essa alteração de compromissos profissionais. As revoluções são os complementos desintegradores da tradição à qual a atividade da ciência normalmente está ligada.” (KUHN, 1987:25). Poderia ser interessante pensar a mudança de paradigmas a partir de um processo ocorrido dentro de um campo, onde o discurso hegemônico, através do surgimento destas “anomalias” apontadas por Kuhn, seriam responsáveis por uma alteração no jogo de forças, fazendo com que um discurso dominante perca sua hegemonia em detrimento de um outro, que dê conta de alguma destas anomalias. Esta conjunção entre o campo bourdieusiano e o processo de revoluções científicas apresentada por mim fica mais como uma especulação, já que esta proposição precisaria ser melhor analisada principalmente no que se refere a sua aplicabilidade nas ciências sociais.

8. Segundo Kuhn, “a pesquisa eficaz raramente começa antes que uma comunidade científica pense ter adquirido respostas seguras para perguntas com: quais são as entidades fundamentais que compõem o universo? Como interagem essas entidades umas com as outras e com os sentidos? Que questões podem ser legitimamente feitas a respeito de tais entidades e que técnicas podem ser empregadas na busca de soluções?” (KUHN, 1987:23). A comunidade científica estabeleceria também “padrões pelos quais a profissão determinava o que deveria ser considerado como um problema ou como uma solução de um problema legítimo.” (KUHN, 1987:25).

produzido a partir deste paradigma científico vigente. Desta maneira a realidade apreendida cientificamente remeteria de alguma forma ao que fora estabelecido por essas crenças e práticas comuns dos membros da comunidade científica. Qualquer um que resolvesse produzir algum conhecimento que não fosse baseado nas respostas “essências” compartilhada pelo corpo científico acabaria sendo ignorado, não sendo reconhecido como sendo científico de fato.

A partir destes argumentos fica patente que esta série de determinações arbitrárias que estabelecem os critérios de ciência não condiz com o entendimento corrente de ciência – saber objetivo, neutro e verdadeiro. Mas isto impossibilitaria a existência das ciências sociais como ciência?

IV) Conclusão

Acredito que o ponto primordial deste artigo é apresentar em linhas gerais um dos debates básicos em metodologia científica: a possibilidade da ciência garantir às suas narrativas um caráter de verdade, e como tal caráter seria garantido. Conforme pôde ser visto, defendo que esta garantia não se dá por alguma especificidade do método ou da teoria científica, mas por uma legitimação social adquirida na sociedade contemporânea.

Contudo, feita esta exposição geral sobre alguns problemas da prática científica em ciências sociais, pode-se pensar que o que eu estou defendendo aqui seja uma espécie de “fim da ciência” ou uma negação da utilidade ou do sentido das ciências sociais, o que não é verdade. Se por um lado a crença na validade científica é um elemento constitutivo da sociedade ocidental contemporânea, por outro esta mesma ciência acaba por validar o discurso específico das ciências sociais, que permite visões plurais e desmistificadoras⁹ dos

9. Concordo com a perspectiva de Berger acerca da “consciência desmistificadora” da sociologia, que ao meu ver também está presente em toda ciência social. Segundo o autor “com muita frequência, o sociólogo será levado, pela própria lógica de sua disciplina, a desmistificar os sistemas sociológicos que estuda. Essa tendência não se deve necessariamente ao temperamento ou às inclinações do sociólogo, Na verdade, poderá acontecer que o sociólogo, ainda que de temperamento acomodaticio e nada propenso a perturbar os cômodos pressupostos em que se baseia sua própria existência social, seja forçado, por sua atividade, a insultar aquilo que todos à sua volta tomam como ponto pacífico. Em outras palavras, diríamos que as raízes da desmistificação na sociologia não são psicológicas e sim metodológicas. O quadro de referência sociológico, com seu método inerente de procurar outros níveis de realidade além dos definidos pela interpretação oficial da realidade, traz consigo um imperativo lógico de desmascarar as simulações e a propaganda com que os homens ocultam suas ações recíprocas.” (BERGER,1983: 48).

fenômenos sociais, inclusive da própria ciência. Acredito que esta “autocrítica” já possa por si só ter um efeito transformador tanto na ciência como na sociedade.

Vejo de forma positiva esta maior pluralidade de perspectivas existentes nas ciências sociais em relação a outras disciplinas científicas. Os diferentes critérios usados pelas diferentes escolas de pensamento, apesar de serem em grande parte parciais, inconclusivos e subjetivos, dão alguma inteligibilidade à realidade caótica que nos rodeia, o que já é louvável. Por isso, quanto mais abrangentes forem os critérios que determinem um discurso como científico, mais se acirra o debate entre diferentes visões de mundo, enriquecendo ainda mais a gama de possíveis entendimentos do mundo.

Bibliografia:

- ALEXANDER, Jeffrey C. O Novo movimento teórico In: RBCS n.4 vol.2., ANPOCS,1987.
- BERGER, Peter. Perspectivas sociológicas. Uma visão humanística, Petrópolis: Ed. Vozes, 1983
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico In: Bourdieu: Sociologia, São Paulo: Ática,1994
- BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso In: Ficções, Rio de Janeiro: Ed. Abril Cultural, 1972
- CHALMERS, A. F., O que é ciência afinal? , São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993
- JANELA DA ALMA. Dir.: JARDIM, João ; CARVALHO, Walter. Brasil, 2001. Dur. 73 min.
- KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas, São Paulo: Perspectivas, 1987
- NIETZSCHE, Friedrich. Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral In: Os pensadores, São Paulo:Ed. Nova Cultural:1996
- SAHLINS, Marshall. Cores e culturas. In: Cultura na prática, Rio de Janeiro: UFRJ, 2004
- WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: Max Weber: sociologia, São Paulo: Ática, 1982.
- WRIGHT-MILLS, Charles. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1965